



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALJEZUR

Acta da sessão extraordinária de 2006 da Assembleia Municipal de Aljezur

LOCAL: Sala de Sessões dos Paços do Município

DATA: 11 de Fevereiro de 2006

INÍCIO: 15:15 horas

ENCERRAMENTO: 19:35 horas

CONSTITUIÇÃO DA MESA:

Maria de Lurdes Afonso Bento, Presidente

Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário

Manuel António Custódio Rosendo, Segundo-Secretário

MEMBROS PRESENTES:

Henrique Manuel Ramos Henriques, Dionísio Manuel Nifro da Silva, Vítor Manuel da Encarnação Vicente, Johannes Alexandre Schydlo, Amílcar Manuel Marreiros Duarte, José Carlos Pacheco da Silva, Rosa Maria dos Santos Cigarra Rocha, Francisco António Baptista Ferreira, Ana Maria Ferreira Santos, José Manuel dos Santos Marreiros e Eliezer João Candeias.-----

ABERTURA DA SESSÃO – Verificando-se a presença da maioria dos membros da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, declarou aberta a sessão pelas 15:15 horas.-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA: – Foi lido o ofício da Junta de Freguesia de Odeceixe, número dezanove barra dois mil e seis, informando que o Presidente da Junta de Freguesia não pode comparecer na presente sessão, pelo que, se fará representar na mesma pelo Secretário da Junta de Freguesia.-----
Em sua substituição, foi empossado o Senhor António Maria Caetano, portador do Bilhete de Identidade número cinco milhões onze cento treze mil duzentos e sete, emitido em três de Outubro de dois mil e um, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM

ANÁLISE DA PROPOSTA DO PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: – O Senhor Presidente da Câmara disse que deveriam ser feitos debates sobre esta matéria, que solicitou às instituições para que fossem feitos debates, que numa conversa que teve com Secretário de Estado do Ordenamento, que lhe pareceu ser uma pessoa capaz de aceitar algumas sugestões, nomeadamente, no que diz respeito ao PROT, em relação à Rede Natura é com outro Secretário de Estado, a Câmara e a Assembleia Municipal, deveriam pronunciar-se não só na análise crítica das propostas, mas de termos a capacidade de também fazer sugestões com propostas concretas de alteração, que se não for assim, a nossa posição fica definida com propostas fica concreta Disse ainda em relação aos dois documentos em análise (PROT e Rede Natura), que um vai condicionar o outro, o que a Rede Natura dois diz é que o PROT vai ter de se submeter às suas orientações, daí o que o PROT pode apresentar como sendo válido hoje, pode não o ser amanhã.-----

OS SENHORES MANUEL ALBERTO SANTINHO CRISTO, SÉRGIO MANUEL SILVA SANTOS, JOSÉ ANTÓNIO DUARTE E ANTÓNIO MANUEL GUERREIRO LOPES, PASSARAM A FAZER PARTE DOS TRABALHOS.-----

Foi feita a apresentação do documento através do SIG-Municipal pelo Senhor Jorge Duarte, Técnico Superior de Planeamento Regional da Câmara Municipal, que explicou o seu conteúdo e prestou esclarecimentos às dúvidas levantadas pelos membros, assim como a análise dos diversos mapas que compõem o documento.

INTERVALO: - Foi pela Senhora Presidente da Mesa proposto e aceite pela Assembleia, um intervalo de dez minutos.-----

REINÍCIO DOS TRABALHOS: - Reiniciados os trabalhos, verificou-se a presença de todos os membros.-----

PONTO NÚMERO DOIS

PRIMEIRA ANÁLISE DO PLANO SECTORIAL DA REDE NATURA DOIS MIL: – Foi feita a apresentação do documento através do SIG-Municipal pelo Senhor Jorge Duarte, Técnico Superior de Planeamento Regional da Câmara Municipal, que explicou o seu conteúdo e prestou esclarecimentos às dúvidas levantadas pelos membros, assim como a análise dos diversos mapas que compõem o documento.-----

Após analisados os documentos usou da palavra o Senhor Amílcar Duarte dizendo ser necessário realizar uma estratégia em termos de município, se a comissão que foi criada para o PROT é por si eficaz no sentido de tão rapidamente quanto é exigido tomar posição, por outro lado, crê que esta tomada de posição dado que se trata de documentos técnicos extensos, e que a disponibilidade comos membros das Assembleias Municipais é limitada.-----

Crê que deveria ser tomada uma posição não em termos de Assembleia, mas uma estratégia em termos de Município.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse achar que sobre esta matéria deveria

surgir um documento conjunto da Câmara e da Assembleia Municipal.-----
O Senhor Amílcar Duarte disse que deveria ser um documento do Município, um documento fundamentado e bem trabalhado e que nós nos uníssemos à volta dele.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse ter preparado um documento e reunir a Comissão e trabalhar sobre o mesmo.-----

Que em relação à Rede Natura dois mil deveria ser um posição mais de natureza política.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que na Rede Natura é quase impossível alterar alguma coisa, de qualquer maneira, a nível de ordenamento de território, só nas condicionantes de gestão dos habitats, eventualmente, só se pode suavizar um ou outro aspecto, mas a grande questão d a Rede Natura é ligá-la ao Quadro Comunitário de Apoio, porque este tem uma vertente virada para as questões do ambiente e irmos buscar contrapartidas.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que devemos tomar uma posição no sentido de sensibilizar a Comissão Europeia, porque esta entende a Rede Natura e as Áreas Protegidas como uma visão do norte de Europa, os Parques Naturais do norte de Europa são parques onde vivem muito poucas ou nenhuma pessoas, porque são grandes florestas.-----

No caso concreto de Aljezur é muito diferente, daí que a União Europeia considere que a Rede Natura é prioritária à política ambiental da União Europeia, já o seu financiamento não é prioritário, o financiamento é diluído em políticas de natureza agrícola e do desenvolvimento rural, ignorando que a realidade da Rede Natura é completamente díspar entre Aljezur e outro concelho qualquer.-----

A função do Município é criar condições de desenvolvimento à sua população com qualidade de vida, isso parece que a União Europeia ignora, dentro da Rede Natura não vivem só os agricultores, nem só da agricultura, vive toda a actividade económica do Município de Aljezur.-----

Alguma coisa tem que acontecer neste Município e certamente no de Vila do Bispo também, para chamar um pouco à atenção de quem decide nestas coisas, se calhar isso dever ser a população a tentar da forma que achar mais criativo.--

O Senhor Amílcar Duarte disse que em relação à Rede Natura dois mil, uma das coisas que se deve fazer mesmo do ponto de vista técnico é descredibilizar ou relativizar aquilo que é a Rede Natura dois mil, e fazê-lo com base naquilo que se pode fazer, que é mais visível, como por exemplo o caso dos sobreiros, dizer que há sobreiros, está aqui a fotografia, venham ver se quiserem.-----

O Senhor Jorge Duarte disse que a cartografia que está na base da definição destas manchas, é uma carta que foi encomendada pela União Europeia em mil novecentos e noventa e cinco, com a cartografia da caracterização do solo que foi feita há três anos no âmbito do PMIF já se conseguem encontrar algumas diferenças de ocupação do solo consideráveis, imagine-se o que é que se passou à onze anos em termos de ocupação do solo.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que há onze anos na charneca do Rogil não havia sobreiros.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o documento reconhece a existência de muitas falhas, nomeadamente as espécies da flora, a generalidade da informação cartográfica existente refere-se a registos pontuais e não a levantamentos sistemáticos da área de distribuição das espécies, sendo apresentada uma cartografia de ocorrências conhecidas por espécies com maior grau de ameaça e localização restrita, não podendo pois esta cartografia ser confundida com uma cartografia de distribuição das espécies em causa.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que não se pode aceitar que um registo pontual seja condicionante.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse haver mais, quando por insuficiência da cartografia base, nomeadamente, a falta de detalhe da cartografia de cada habitat, o processo produzia orientações que são contraditórias para um mesmo espaço, foram tomadas opções caso a caso, que permitiram considerar a especificidade das operações que se pretendiam destacar.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que neste plano só que a espécie humana aí não foi considerada.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que a cartografia da flora é na sua generalidade fragmentária, tornando-se necessário envolver e implementar um programa de cartografia sistemática e que a informação de base referente aos invertebrados é claramente insuficiente.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que se deveria tentar ridicularizar todas essas valências, achando que é muito difícil de combater.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o que o Senhor Presidente do ICN quando questionado sobre este assunto referiu que de facto existem algumas insuficiências no processo, etc., mas quando se passar para os PDM, eles vão pormenorizar essas situações e clarificar as lacunas que existem neste processo.-

O Senhor Vítor Vicente disse que se isso ficar escrito, depois o PDM vai clarificar que não há sobreiros naquela zona.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que podemos referir que a espécie tal e tal neste habitat não existe, mas o habitat continua e a Rede Natura continua a estar demarcada com os mesmos limites.-----

Três questões que são em termos de organização de condicionamentos na Rede Natura dois mil que são praticamente iguais em tudo, que é condicionar a expansão urbana, condicionar a instalação de infraestruturas e condicionar a intensificação agrícola.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que o condicionar é que pode dizer não ocupar mais que certa percentagem, não fazer mais não sei quantos de altura, pode acontecer isto.-----

O Senhor António Lopes disse porque não usarmos um pouco de chantagem, então se querem manter isto, podemos eventualmente aceitar alguns condicionantes, mas se nos derem as tais camas, mas se são normas feitas pelo União Europeia, não é Secretário de Estado capaz de alterar o que está previamente estabelecido.-----

O Senhor Vítor Vicente disse que o conceito está nos habitats que foram demarcados e chegar à conclusão que a União Europeia tem catorze por cento da sua área, e grande parte dela é nas florestas onde não vive ninguém, o Algarve tem vinte e tal por cento e Portugal quarenta e Aljezur tem oitenta.-----

Estes planos têm duas vertentes, uma é as restrições e a outra é os investimentos para o desenvolvimento, nós verificamos é que as restrições entram em vigor no dia seguinte após a sua aprovação e os investimentos ainda não se começaram a fazer no dia em que termina a sua validade.-----

O Senhor Amílcar Duarte disse que as coisas podem também ser vistas de outra forma, a intensificação a agricultura que está de acordo em evitar a sua intensificação, nessa altura por exemplo qual é a coerência com a autorização de organismos geneticamente modificados aqui ao lado em Odemira e com consequências de poderem facilmente entrar no nosso concelho em termos de influência e contaminação, diminuamos a agricultura, há que ter um modelo sustentável, um modelo de desenvolvimento alternativo e claramente então há que ser coerente, se há aqui uma série de coisas que há que proteger, que se protejam, então que nos concelhos limítrofes que não haja o germes, que seja

claramente identificado como tal.-----
Que haja um estímulo à agricultura biológica compatível com a estrutura fundiária, com os agricultores que existem na região, um apoio à agricultura biológica concreto e não com as normas gerais que há de apoio.-----
O Senhor Vítor Vicente disse que depois falam num plano zonal para a várzea de Aljezur e serra de Monchique.-----
O Senhor Amílcar Duarte disse aquilo não é nada, a identificação em termos de PROT não é nada, não aguenta nenhuma argumentação, aliás a questão do PROT não sabe qual é credibilidade de um documento, que foi feito por uma equipa em que o responsável foi demitido, os membros da equipa saíram e não sabem que documento está ali.-----
O Senhor Vítor Vicente disse que o documento menciona que tem lá pinheiros e o PROT diz que não de devem pôr lá pinheiros.-----
O Senhor Amílcar Duarte disse é que isto é um emaranhado de documentos extensíssimos, que deveria ser uma coisa mais legível, faz-se uma coisa extensíssima que é para ninguém ler e depois não há coerência nenhuma, acha que uma das argumentações tem que passar por aí, passar pode dizer que estes são documento mal elaborados do ponto de vista técnico, do ponto de vista da objectividade, do ponto de vista da sua legibilidade, não é aceitável que no século XXI se continuem a escrever coisas e andar à volta das coisas como se fazia no século XVIII.-----
Há que descredibilizar estes documentos, ridicularizá-los, há que lhes dar o lugar que eles têm depois fazer um combate político sério com base nessa descredibilização e ridicularização e depois pedir responsabilidades a quem as tem, este governo representantes na região, havendo pessoas que têm poder, essas pessoas são responsáveis por essas asneiras, há que dizer que esses responsáveis são irresponsáveis porque estão a dar poder, a dar cobertura política a documentos e a propostas que são profundamente ridículas, ou tiram o poder e o apoio político a esses documentos ou passam eles a ridículos, temos que dizê-lo.-----
Depois da apresentação dos documentos dos pontos acima, a Assembleia Municipal decidiu que a Comissão existente para a análise do PROTAL, em parceria com a Câmara Municipal elaborassem um documento conjunto com vista a melhorar e focar os pontos negativos e apresentar uma proposta credível.
ENCERRAMENTO: – E nada mais havendo a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia foi declarada encerrada a sessão pelas dezanove horas e trinta e cinco minutos do dia onze de Fevereiro de dois mil e seis, mandando que, de tudo para constar, se lavrasse a presente acta.-----

E eu, Licínia Mendes Rodrigues, Primeiro-Secretário, para os devidos efeitos a redigi e subscrevo.-----

O Presidente

O Primeiro-Secretário
